



PRÁTICA FORENSE PENAL

Capítulo IX – Recursos

4.º) Petição de interposição e contra-razões de apelação em caso de condenação por crime comum

Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da ____.^a
Vara Criminal da Comarca ____.

Processo n.º ____

O Ministério Público,¹ nos autos do processo-crime que move contra “Y” e “U”, qualificados a fls. ____, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar as suas

CONTRA-RAZÕES de APELAÇÃO,

com fundamento no art. 600 do Código de Processo Penal.

Termos em que,
Pedem deferimento.

Comarca, data.

Promotora de Justiça

¹ Embora constitua praxe forense a utilização da expressão “Justiça Pública”, em verdade, ela inexistente. Quem promove a ação penal é o Ministério Público. Quem aplica a lei ao caso concreto, realizando *justiça* é o Poder Judiciário. Logo, não há “Justiça Pública”, como sinônimo de órgão acusatório.

Contra-razões de apelação

____.ª Vara Criminal da Comarca ____.

Processo n.º ____

Apelantes: “Y” e “U”

Pelo apelado: Ministério Público²

Egrégio Tribunal³

“Y” e “U” foram processados como incurso no art. 213, em combinação com os arts. 226, I, e 61, II, *a*, do Código Penal, porque, no dia ____, nas proximidades da Estrada ____, altura do quilômetro ____, por volta das ____ horas, em concurso de pessoas, constrangeram “F” à conjunção carnal, mediante o emprego de violência. Segundo constou da denúncia, enquanto “U” segurava a vítima, seu namorado “Y” mantinha com ela conjunção carnal. O crime foi praticado por vingança, uma vez que “F” era inimiga de “U”, prejudicando-a, anteriormente, na empresa onde ambas trabalhavam.

O MM. Juiz condenou-os ao cumprimento da pena de nove anos de reclusão, em regime inicial fechado, sem permitir que recorressem em liberdade.

A respeitável decisão de fls. ____ merece ser integralmente mantida.

A preliminar de nulidade deve ser afastada, pois é pacífico o entendimento jurisprudencial a respeito da desnecessidade de intimação da defesa quanto à data de realização da audiência no juízo deprecado. Basta, para a sua ciência, a intimação da expedição da carta precatória, o que foi feito, bastando verificar a certidão de fls. ____.

Nesse sentido, os seguintes julgados: ____.⁴

Quanto ao mérito, há provas mais que suficientes para condenação. A materialidade do delito restou demonstrada não somente pelo laudo de exame de corpo de delito de fls. ____, comprobatório das lesões sofridas pela vítima, inclusive na região genital, mas também pelos depoimentos colhidos. Ela, desesperada, após a prática do crime, foi abandonada em um matagal e encontrada nua

² Embora constitua praxe forense a utilização da expressão “Justiça Pública”, em verdade, ela inexistente. Quem promove a ação penal é o Ministério Público. Quem aplica a lei ao caso concreto, realizando *justiça* é o Poder Judiciário. Logo, não há “Justiça Pública”, como sinônimo de órgão acusatório.

³ Por uma questão de estilo, há quem acrescente também as referências a “Colenda Câmara” e “Douta Procuradoria de Justiça”.

⁴ Pode-se mencionar jurisprudência favorável à tese.

pela testemunha ____ (fls. ____), agricultor que passava, casualmente, pelo local.

Quanto à autoria, funda-se a prova da culpa dos apelantes não apenas na declaração prestada pela ofendida, mas sobretudo pelos demais indícios suficientes a apontá-los como co-autores.

A testemunha ____ (fls. ____) viu-os conduzindo a vítima na direção do lugar onde foi, algum tempo depois, encontrada ferida e nua no matagal. Não bastasse, a própria colega de quarto da apelante declarou que ela chegou, assustada, na pensão onde moram, ingressando imediatamente no banheiro e pedindo que sua roupa fosse lavada com urgência. A depoente constatou manchas de sangue no vestido da ré, que não soube justificar a origem (fls. ____), graças ao estado de choque que a assolava.

O apelante, por sua vez, após a prática do crime, desapareceu, não mais comparecendo ao trabalho, motivo que levou à decretação da sua prisão preventiva.

Por tais razões, a prova é robusta e autoriza a condenação.

A pena foi aplicada com integral acerto.

A elevação da pena-base em virtude do antecedente criminal registrado, bem como em decorrência da personalidade dos acusados é justa. Quanto ao antecedente, há julgados que permitem considerar o inquérito arquivado como tal, podendo-se mencionar, a título de ilustração, os seguintes: ____.

A personalidade dos apelantes, considerada pelo julgador, como “deturpada” é fruto do crime grave cometido, especialmente porque, confrontando-se o que fizeram com a motivação (vingança), somente pode resultar na conclusão de que atuaram com particular maldade.

O mesmo se diga do motivo do delito. A vingança da apelante contra a vítima foi engendrada muito tempo antes, como narrou o patrão de ambas a fls. _____. Discutiram, na empresa, por motivos banais, ocasião em que a ré declarou que “aquilo não iria ficar assim” e a ofendida iria

“sofrer as consequências”. A torpeza torna-se evidente, pois não é plausível que se resolva qualquer tipo de conflito sob a forma de revanche, mormente quando esta se funda no cometimento de crime hediondo.

A causa de aumento foi bem aplicada. O art. 226, I, do Código Penal exige apenas o concurso de duas pessoas, pouco importando se são co-autores ou partícipes. Ademais, a apelante é co-autora e não mera partícipe, uma vez que praticou a conduta típica “constranger alguém mediante violência”, que integra o art. 213 do Código Penal, enquanto a outra parte do referido tipo “manter conjunção carnal” foi praticada pelo apelante “Y”. Daí por que nem se deve cogitar da aplicação da diminuição prevista no art. 29, § 1.º, do Código Penal, pois não se trata de participação de menor importância.

Ante o exposto, aguarda o recorrido seja afastada a preliminar e, no mérito, negado provimento ao apelo.

Comarca, data

Promotora de Justiça